

## Professores e funcionários recusam proposta de "doação" do reajuste

Em suas assembleias, realizadas na semana passada, os docentes e funcionários administrativos da PUC-SP rejeitaram por unanimidade a proposta da Fundação São Paulo que previa a "renúncia expressa e definitiva" de 0,56% do reajuste de 7,4% acordado entre o Sinpro-SP e as mantenedoras do terceiro grau. Para os professores trata-se de um acordo firmado há mais de um ano e que deve ser cumprido sob pena de aviltar ainda mais os combalidos salários dos docentes.

A presidente da APROPUC, Bia Abramides, relatou aos professores que, segundo dados do Sinpro-SP, somente três escolas notificaram algum tipo de dificuldade para cumprir o acordo e, mesmo nestas escolas, em nenhum momento era proposto algum tipo

de renúncia aos valores acordados. Dessa maneira os professores encaminharão à Fundasp a rejeição da proposta de "doação".

Na mesma reunião discutiu-se o texto do acordo interno tendo como parâmetro a resposta da Fundasp. Quanto à cláusula referente à ajuda de custo aos professores que ministram aulas em Barueri a mantenedora continua com sua posição de fornecer uma quantia que cubra alimentação e transporte, mas não igualou àquela paga aos professores de Sorocaba, que têm 25% de acréscimo, em seus salários para as aulas ministradas naquele município.

Os docentes concordaram com esta redação, porém não aceitaram uma outra modificação proposta pela Fundasp em outras cláusulas que, no limite,

alterava a estabilidade consagrada no atual texto. Uma nova rodada de negociações será agendada para os próximos dias.

### FUNCIONÁRIOS

Os funcionários administrativos também rejeitaram a proposta de índice salarial e decidiram entrar na Justiça sob a alegação de descumprimento do acordo, o que dispensaria a tramitação em primeira instância.

Outro ponto discutido pelos funcionários foi em relação ao chamado quinquênio. A Fundasp apresentou verbalmente uma proposta de substituição do quinquênio pelo pagamento de um abono de R\$ 50.000 para toda a categoria, divididos em 10 vezes. Para os funcionários isto é inaceitável uma vez que, segundo os cálculos efe-

**ENQUETE**

ATÉ O FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO  
25 PROFESSORES RESPONDERAM  
À ENQUETE SOBRE A ACEITAÇÃO DA  
PROPOSTA DA FUNDAÇÃO SÃO PAULO

21 ACHAM INACEITÁVEL  
4 ACHAM ACEITÁVEL

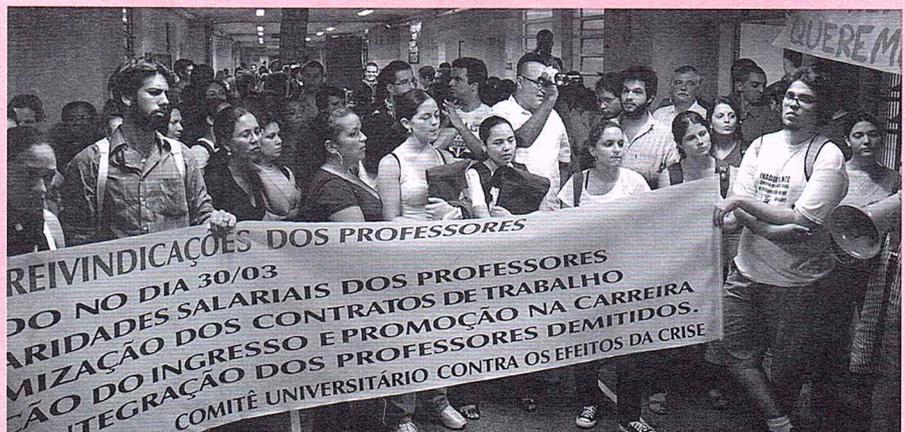
Participe da enquete  
visitando o site  
[WWW.apropucsp.org.br](http://WWW.apropucsp.org.br)

tuados pelo Sindicato, se os valores forem divididos proporcionalmente por cada um dos funcionários que têm direito ao benefício, alguns poderão receber 10 parcelas iguais de R\$ 2.

Quanto ao texto do acordo interno apresentado pela Fundasp os funcionários elaborarão um parecer jurídico que será discutido na próxima assembleia agendada para terça-feira, 7/4.

**ATO MOBILIZA  
A COMUNIDADE  
CONTRA OS  
EFEITOS DA CRISE**

PÁG. 3



Professores e estudantes percorreram o câmpus Monte Alegre na última segunda-feira

## EDITORIAL

## A coisa aqui tá feia... dá prá reverter esse quadro?

2005 a 2008, gestão Maura Véras: A PUC-SP passa por um turbilhão atrás do outro. A crise da universidade recai duramente sobre professores, estudantes e funcionários: Demissões em massa, maximização de contratos de trabalho (trabalha-se mais pelo mesmo salário), disparidades salariais entre os professores com contratos diferenciados -trabalho igual para salário desigual-, represamento da carreira, contrato desigual para ingresso, denúncia de acordo interno, não pagamento da diferença salarial de 2004 dos docentes, que deveria ser paga em cinco vezes de maio a outubro de 2005.

A PUC-SP se curva aos bancos Real e Bradesco e a Universidade passa a responder aos acordos financeiros, recaindo sobre os trabalhadores e estudantes os efeitos da crise estrutural do modelo de Universidade. A reitoria rompe o diálogo com as entidades de professores e funcionários. Um Redesenho Institucional é aprovado sem debate amplo com a comunidade, e com a anuência majoritária de um Consun burocratizado e conivente. Intervenção da Igreja, pela presença da Fundação São Paulo, que culmina com o fim da autonomia e democracia universitárias, lógica legitimada pelo novo estatuto da PUC-SP.

Em relação aos estudantes há o aumento progressivo das mensalidades, redução drástica de

bolsas doação, restritas às minguadas vagas do Prouni, morosidade nas negociações de alunos inadimplentes- que não conseguem mais pagar os altos custos das mensalidades.

11/11/07: Maura Véras chama a tropa de choque e vivemos momentos só vividos em 1977, na ditadura militar, quando a tropa de choque de Erasmo Dias invadiu a PUC-SP. Centenas de alunos ocuparam a reitoria protestando contra a falta de democracia na discussão e aprovação do Redesenho Institucional; a reitoria abre sindicância e processo contra nove estudantes. Quatro anos de autoritarismo, quatro anos de ruptura com o legado democrático da PUC-SP, construído em processo de organização e luta nos anos 80 pela comunidade puquiana. Além disso sobre-trabalho de funcionários e professores, perseguições, clima de medo, terror e cansaço!

2009- 25/03 o CONSUN confirma por 17 votos a 7 a punição aos estudantes sindicados: O reitor é um dos sete membros que vota contra a punição aos nove estudantes, mas todos os pró-reitores presentes, portanto majoritariamente a reitoria, votam a favor da punição, o que vai marcar no histórico escolar do aluno, tal qual fazia o decreto 477 na ditadura. A Justiça absolve e o Consun condena: A que ponto chegamos? Indagaria Brecht!

Os professores estão em

campanha salarial e em processo de negociação: perdas de 2004 e 2005, renovação do acordo de cláusulas sociais, reajuste e cumprimento do índice negociado pelo SINPRO e SEMESP. A APROPUC conseguiu, após um longo processo, negociar com a Fundação a reposição das perdas salariais de 2004, que começaram a ser pagas em 36 vezes a partir de março de 2009 (aquelas que não foram pagas em 2005). A nossa proposta era em 12 vezes, a da Fundação em 48. A Fundação propõe pagar 6,8% dos 7,4% de reajuste aprovado, portanto direito adquirido do professor, com a renúncia definitiva de 0,56%. A reitoria da APROPUC levou para a assembléia dos professores em 01/4 a proposta de recusar essa doação o que foi acatado por unanimidade: Não podemos renunciar direito adquirido, é o que também dizem os professores que responderam no site da APROPUC, assim como não acatamos que as diferenças salariais de 2005 sejam negociadas a partir de 2012, submetendo seu pagamento ao fim das dívidas bancárias.

Nos dois encontros da APROPUC com os representantes da Fundação, seu assessor e a representante da DRH, insistimos que a reitoria eleita estivesse presente. Na primeira vez fomos informados que compareceria um pró-reitor, na segunda recebemos um telefo-

nema da reitoria nos informando que o reitor não poderia participar mas iria um pró-reitor que também não compareceu.

Dia 06/4, a APROPUC tem reunião com o Reitor para: 1- Reafirmarmos de que a Reitoria esteja presente nas negociações juntamente com a Fundação; 2- Pedir respostas às nossas reivindicações entregues ao reitor com ofício em reunião ocorrida em 5/12/2008: fim da maximização do contrato dos professores, fim das disparidades salariais entre os professores, regularização do ingresso e promoção na carreira, reintegração dos professores e funcionários demitidos. Para cada uma dessas reivindicações centrais encaminhamos posteriormente ofício substantivo 3- Resposta do Reitor sobre a realização de Audiência Pública solicitada pelo Comitê Contra os Efeitos da Crise, com indicativo para 07/4 às 19h no Tuca.

Professor a sua participação é fundamental neste processo! Participe das assembléias da APROPUC, do Comitê contra os efeitos da crise e da Audiência Pública com o reitor. É necessário dar passos concretos na reversão desse quadro desolador que vivemos na PUC-SP! Professor, funcionário e estudante: a luta é unitária! Os professores, funcionários e estudantes não podem pagar pela CRISE.

**Diretoria da APROPUC-SP**

**PUCViva** Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) – **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Victor Sousa, Otávio Nagoya e Caio R. Zinet

**Fotografia:** Gabriela Moncau

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial :** Maria Beatriz Abramides, Ivan Martin e Victoria Claire Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

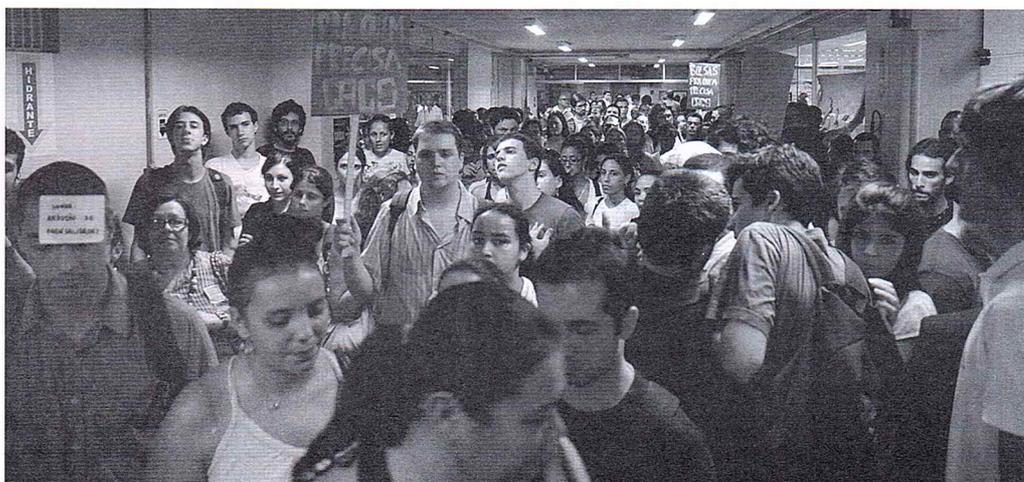
## PUC EM MOVIMENTO

## Ato pede audiência pública com o reitor

O ato organizado no último dia 30 de maio pelo Comitê Contra os Efeitos da Crise reuniu cerca de 350 pessoas, que percorreram toda a PUC-SP reivindicando uma audiência pública com o reitor para discutir, entre outras coisas, o fim da SAE (Secretária Acadêmica Unificada) pela volta das secretarias de curso, abertura imediata de edital de bolsas de estudo e a rematrícula imediata dos inadimplentes. Entre as principais reivindicações dos professores estão o fim da maximização, a reintegração dos demitidos, a regularização do ingresso carreira e o fim das disparidades salariais.

Durante cerca de 3 horas os estudantes, professores e funcionários, portando faixas e cartazes, percorreram os prédios do campus Monte Alegre numa movimentada manifestação.

No dia 2/4, foi protocolado o pedido de audiência pública para o dia 07/4, às 19 horas, no Tuca com o reitor Dirceu de Mello para discutir as rei-



GABRIELA MONCAU

Manifestantes protestam em frente à SAE

vindicações do Comitê. A reitoria ainda não respondeu à solicitação.

O comitê contra os efeitos da crise foi criado há cerca de um mês pela APROPUC, centros acadêmicos e por estudantes independentes com o intuito de lutar contra o processo de sucateamento, privatização e elitização que vem passando o ensino e que a crise tende a aprofundar. Durante a última reunião do comitê foi decidido que na segunda feira, 06/04, às 18h, ocorrerá uma reunião no CASS

(Centro Acadêmico de Serviço Social) que tem como pauta a organização para a audiência. A reunião é aberta a toda a comunidade.

Os efeitos da crise são sentidos pelos estudantes da PUC-SP, que pagam mensalidades cada vez mais caras e têm muitas dificuldades em conseguir bolsas de estudos, assim como para negociar suas dívidas. Os professores lutam também pela manutenção do aumento de 7,4% que havia sido acordado entre SINPROSP (Sindicato dos Professores) e as mantenedoras.

O ato na PUC-SP foi articulado com outros que ocor-

reram durante o mesmo dia, como o ato na avenida Paulista que reuniu cerca de quinze mil pessoas, e a paralisação de quatro rodovias no estado de São Paulo pelo MTST. Todas essas movimentações foram contra os efeitos da crise mundial que tem gerado grande aumento do desemprego, diminuição dos direitos trabalhistas, aumento da exploração da mão de obra.

Também está circulando pelos corredores da universidade um abaixo assinado com as principais reivindicações do comitê, que será entregue na Audiência Pública.

**PROFESSOR(A)**

**FILIE-SE À  
APROPUC**

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

VENHA À SEDE DA APROPUC:  
RUA BARTIRA, 407  
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO  
WWW.APROPUCSP.ORG.BR

### As reivindicações do movimento

O pedido de audiência pública ao reitor da universidade, professor Dirceu de Mello exigirá um posicionamento concreto do reitor para os seguintes pontos:

- ✓ Rematrícula dos inadimplentes;
- ✓ Abertura imediata de edital de bolsas;
- ✓ Redução das mensalidades;
- ✓ Fim da SAE;
- ✓ Retirada da Punição aos estudantes;
- ✓ Fim da maximização dos contratos docentes;

- ✓ Fim das disparidades salariais dos professores;
- ✓ Regularização do ingresso e promoção na carreira docente;
- ✓ Reintegração dos demitidos;
- ✓ Cumprimento do reajuste salarial de 7,4%
- ✓ Incorporação dos terceirizados à PUC-SP
- ✓ Fim da segurança privada e substituição por uma segurança comunitária;
- ✓ Auditoria da dívida da PUC-SP feita por uma comissão dos três setores.

# Continuam repúdios à decisão do Consun sobre a sindicância

Nesta semana aconteceram várias manifestações de repúdio à decisão do Conselho Universitário sobre a penalização dos estudantes. A maioria dos conselheiros votou favorável ao relatório da professora Nena Jerusa Ceí que mantinha a pena imposta aos estudantes pela ex-reitora Maura Vêras.

O Comitê Contra os Efeitos da Crise, que reúne professores, estudantes e funcionários, realizou na segunda-feira, 30/3, um ato na PUC-SP, onde os participantes declararam sua discordância à decisão do Conselho. O Comitê encaminhou, entre os pontos de pauta a serem discutidos na audiência pública com o reitor, a questão da sindicância dos estudantes.

No lançamento da Revista PUCviva sobre Direitos Humanos foi lavrado um protesto contra a absurda condenação dos estudantes. Os estudantes entrarão na Justiça com um mandado de segurança propondo a anulação da decisão do Consun, uma vez que já

existe uma sentença legal que arquivou a queixa-crime da Fundação São Paulo, que fazia as mesmas acusações incluídas no processo sindicante interno.

O reitor Dirceu de Mello estranhou a ausência do advogado dos estudantes na sessão do Consun pois, segundo o reitor, a convocação de uma sessão para outra é automática. Já Ivan Gomes, advogado dos estudantes, afirmou ao *PUCviva* que aguardava nova convocação, que não foi expedida.

O ex-aluno Fábio Nassif colou grau na semana passada. A colação foi deferida pelo professor Dirceu de Mello com a ressalva de que possíveis penalidades poderão constar no prontuário do aluno.

## REUNIÃO COM A REITORIA

Nesta segunda-feira, 6/4, ocorre mais uma reunião entre a diretoria da APRO-PUC e o reitor Dirceu de Mello, entre outros assuntos estará em pauta a audiência pública e as reivindicações de professores ao reitor.

## Como se posicionaram os conselheiros

A FAVOR DA MANUTENÇÃO DA PENA	CONTRA A PENA	ABSTENÇÕES
<b>ANDRÉ RAMOS TAVARES</b> (pró-reitor Pós) <b>ANDRÉA DE MELLO</b> ( rep. funcionária) <b>ANNA MARIA M. CINTRA</b> (rep. do pós) <b>CARLOS EDUARDO DE CARVALHO</b> (rep. Centro de Jurídicas) <b>CARMEM TOBIAS</b> (rep. docente Matemática) <b>CIBELE RODRIGUES</b> (Centro C. Médicas) <b>INÁCIA MORENO</b> (rep. funcionários) <b>IVONE DIAS GOMES</b> (Cogeae) <b>JOSÉ HELENO MARIANO</b> (pró-reitor Planejamento) <b>LUIZ CARLOS DE CAMPOS</b> (Centro Matemática) <b>MADALENA PEIXOTO</b> (Centro Educação) <b>MARGARIDA LIMENA</b> (Centro C. Humanas) <b>MARIÂNGELA BELFIORE</b> (IEE) <b>MARINA FELDMAN</b> (pró-reitora de graduação) <b>NENA JERUSA CEI</b> (C. Jurídicas e Economia) <b>RONALDO MARTINS</b> (rep. funcionários) <b>SALMA MUCHAIL</b> (rep. docente pós)	<b>ANA BOCK</b> (rep. docente do Centro Humanas) <b>DIRCEU DE MELLO</b> (reitor) <b>ELIANA DE PAULA</b> (rep. docente Sorocaba) <b>LAURO ISHIKAWA</b> (rep. discente pós) <b>MARIA DA GRAÇA SANTOS</b> ( rep. funcionários) <b>SILVIA DALL'ÁQUA</b> (rep. funcionários) <b>THEODORO PETERS</b> (rep. sociedade civil)	<b>GLADIUS ALEXANDRE</b> (rep. discente CCJEA)  Aluno de Sorocaba

Nota: Ao contrário do que noticiamos anteriormente o professor Vico Mañas não votou na decisão do Consun, pois o vice-reitor, pelo novo estatuto, não tem direito a voto.

# ASSEMBLÉIA DOS FUNCIONÁRIOS

## 7/4

TERÇA-FEIRA

14H - SALA A CONFIRMAR

Acordo Interno \* Reajuste Salarial \* Quinquênios

## FALA COMUNIDADE

# Na luta contra o obscurantismo

*"A Igreja espera da PUC-SP que ela seja uma presença cristã no mundo universitário, que toda a comunidade seja alimentada de uma inspiração cristã genuína, a partir de uma reflexão do conhecimento humano, à luz da fé católica."*

*Carta de Dom Odilo Scherer à Reitora Maura Vêras (25/08/2008)*

**Diana Assunção**

Estamos no ano de 2009, há alguns séculos do movimento filosófico chamado Iluminismo, mas é cada vez mais necessário retomar suas bandeiras de luta "pelas luzes" e contra o obscurantismo da Igreja. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo tem como principal tutora (quem manda) a Fundação São Paulo (que é a representante da Santa Sé, ou seja, do Vaticano, aqui no Brasil), e tem como Grão Chanceler Dom Odilo Scherer, que nos diz que o conhecimento deve estar à luz da fé católica. Mal podemos começar a falar sobre a questão da Igreja na Universidade, sem mencionar a arbitrariedade que esta coloca sobre os estudantes, com a matéria obrigatória chamada "Introdução ao Pensamento Teológico", matéria que faz parte do currículo de todos os cursos da PUC-SP. Afinal, não são poucos os professores desta casa que se lembram do Index da Igreja ditando os currículos oficiais há poucas décadas...

Nas últimas edições do **PUCViva** se abriu um debate sobre a legalização do aborto, onde um professor de Direito se posicionou contra as declarações da Igreja em relação ao caso da menina de Pernambuco, estuprada por seu padrasto, grávida de gêmeos fruto desse estupro, e por fim encaminhada a um

aborto, já que se enquadrava nos dois casos permitidos por lei (estupro e risco de vida para a mãe). Mesmo assim, o obscurantismo da Igreja permitiu que o Arcebispo de Olinda declarasse que nesse caso o "aborto era pior que o estupro". O Vaticano manteve uma posição dúbia, mas um dos Arcebispos próximos ao Papa foi obrigado a ficar contra a posição do Arcebispo de Olinda por conta da opinião pública, escandalizada por até onde pode chegar a crueldade da mentalidade medieval desta instituição, muito embora isso não tenha impedido o Papa de semanas depois em visita à África condenar publicamente o uso de preservativos. Justo na África onde a AIDS tem consequências fatais para a população, o que mostra o caráter obscurantista desta instituição, para os quais correr risco de morrer é melhor do que se prevenir e garantir uma vida sexual saudável.

Por fim, em Pernambuco foram excomungados os médicos responsáveis pelo aborto e a mãe da menina. O único que não foi excomungado foi o estupro. Bom, talvez isso tenha a ver com o fato de que a Igreja nunca demonstrou condenar esse tipo de prática, já que apenas no Brasil, em 2008, foram denunciados 1700 sacerdotes (mais de 10% da Igreja católica brasileira) por abusos de crianças e adolescentes. A impunidade é tanta que nenhum padre pedófilo foi

excomungado. Além do fato de que a Igreja tomou proporções escandalosas em seu reacionarismo em relação às mulheres, naturalizando uma violência que marcará para sempre o corpo e a mente desta menina de Pernambuco, é essa a mesma Igreja que diz defender a vida. Mas se defendem a vida, porque se opõem, então, à educação sexual e à utilização de métodos anticonceptivos que não somente evitam uma gravidez não desejada assim como também impedem a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis? É evidente que não se trata de defesa da vida, mas sim da defesa de uma ideologia cristã que está a serviço da manutenção desta sociedade de classes, como bem disse o Papa Pio XII em 1958 "A multiplicidade de classes sociais se corresponde plenamente com os desígnios do Criador".

Muitos dentro desta universidade permanecem em defesa da ordem cristã, como o professor Antonio Marchionni, insultadíssimo com as "ofensas" do professor de Direito que defendia a menina de Pernambuco, tentando inclusive fazer parecer que eram ofensas a todos os católicos, nos quais estão incluídos trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres pobres, dos quais muitos não compartilham com a opressão perpetuada pela instituição da Igreja católica apesar de sua fé; ou como o professor Francisco Borba Ribeiro Neto

sem nenhuma vergonha de ficar do lado do Arcebispo de Olinda, e por conseguinte, dos estupradores; e por fim como Dom Odilo Scherer, principal interventor da Igreja na PUC-SP e que na última semana deu a graça de sua presença num ato contra o direito ao aborto, se colocando como cúmplice da morte de milhares de mulheres ensanguentadas e mutiladas na clandestinidade do aborto.

Nos últimos anos a presença maior da Fundação São Paulo e da Igreja na universidade, como parte da resposta para a crise da PUC-SP, aprofundou o elitismo da mesma e essa "reação ideológica", tornando ainda mais necessária uma transformação radical de nossa estrutura universitária. É preciso que todos estudantes, professores e funcionários, inclusive aqueles que possuem alguma fé religiosa, se coloquem na luta contra o obscurantismo da Igreja dentro de nossa universidade, para que o conhecimento seja laico e que não retrocedamos a centenas de anos da História. Basta de intervenção da Igreja em nossos corpos! Basta de intervenção da Igreja na universidade!

**Diana Assunção** é estudante de História da PUC-SP, militante da LER-QI e integrante do grupo de mulheres Pão e Rosas. Impulsiona a Campanha Latino Americana: Basta de mulheres mortas por abortos clandestinos! Pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito.

## FALA COMUNIDADE

# Aluna de Letras não consegue negociar suas dívidas com a PUC-SP

Renata Gomes Sarmento

Depois de perder a bolsa restituível da PUC-SP por frequência insuficiente quando fazia somente o curso de português (em nenhum momento tentei reaver a bolsa ou questioneei os motivos que a PUC-SP encontrou para retirá-la), fui negociando e pagando, até que em 2006, acho que no 2º semestre, perderam todo o meu processo e por conta disso perdi a data que tinha sido definida para entregar os cheques à PUC-SP, ninguém sabia de nada, quando deveria acertar tudo, qual seria o valor das parcelas, enfim... só eu tinha essas informações, mas eles não poderiam saber se o acordo tinha realmente acontecido ou não e pediram que eu escrevesse outra carta.

Com toda indignação que senti, escrevi uma carta pedindo que revissem minha situação, consegui fazê-la em mais ou menos dez minutos, a funcionária do Expediente Comunitário recusou-se a recebê-la alegando que eu não tive tempo de escrever tudo que deveria. A moça nem leu a carta.

Em 2007, consegui negociar novamente todas as prestações atrasadas (nada que se referisse a bolsa de estudos, porque estando matriculada, entende-se que não terminei o curso, portanto não teria que negociar isso agora, afinal a bolsa era restituível e eu teria que me formar para começar a pagá-la depois de um ano), depois que entreguei os cheques para efetivar minha matrícula (para a efetivação de matrícula fora do prazo só temos uma semana para acertar tudo), disseram que não poderia me matricular antes de começar a pagar a dívida da bolsa e que deveria fazer esse acerto no escritó-

rio de advocacia. Mesmo discordando, fui ao escritório para fazer um acordo de pagamento.

Começando pelo fato de que demoraram aproximadamente quinze dias para responder meus e-mails e telefonemas, nesse momento eu já estava muito preocupada, pois o prazo de efetivação para minha matrícula já tinha expirado, mesmo assim continuei tentando até que consegui marcar um dia para que me atendessem. No escritório EXIGIRAM que eu assinasse um contrato que os próprios funcionários não sabiam dizer o valor exato, então pedi que somassem e o funcionário me disse:

- Enquanto eu faço essa conta você vai assinando as vias do contrato.

Obviamente que me recusei a assiná-las. Foi então que veio um advogado e disse que eu devia aproximadamente R\$ 90.000,00. Não permitiram que eu pagasse R\$ 30.000,00 à vista e depois dividisse o restante.

Nesse mesmo dia, numa tentativa de resolver o problema disse que pagaria à vista, me responderam que era PROIBIDO, que

eu deveria assinar o acordo e assim resolver o problema.

Foi então que senti que tudo era uma grande injustiça e decidi contratar um advogado para resolver o problema, coincidência ou não formado em direito pela PUC/SP.

Mas a grande questão é que tenho em mãos aproximadamente R\$ 40.000,00 mais o dinheiro que tenho guardado desde então, mas não posso pagar a dívida à vista ou em poucas parcelas porque é PROIBIDO.

O PROCESSO já está em andamento, em março terei a resposta. Enquanto isso, não irei à faculdade porque já cursei todas as disciplinas necessárias para me formar, e as que eu fiz sem matrícula vou pedir banca avaliadora, as únicas que terei que cursar novamente são as práticas de ensino do português e do espanhol porque para essas tenho que cumprir horas de estágio que não posso fazê-lo sem estar devidamente matriculada.

Filha de professora da rede estadual de ensino, sempre tive dificuldade de pagar a Faculdade. Recebi bolsa doação parcial e

bolsa restituível. Por problemas burocráticos da secretaria escolar da PUC, que se necessário posso esmiuçar pessoalmente para quem tenha poder de decisão, fiz por diversos semestres matrículas condicionadas às respostas da vice-reitoria acadêmica, que me conduziram à atual situação: já cursei todos os créditos necessários à minha colação de grau, embora algumas disciplinas sujeitas à ratificação pela vice-reitoria acadêmica. Resta, verdadeiramente, apenas a comprovação de estágio, além, é claro, da fixação por acordo do montante da dívida e da forma de pagamento. É isto que pleiteio: saber, dentro de critérios de razoabilidade, quanto devo e de que forma pagarei. Afinal, a PUC tem ou não fins lucrativos? Se a PUC não é, como acredito, universidade caça níqueis, há de apresentar os valores e o prazo para pagamento das parcelas inferiores a mensalidade atual do curso.

Renata Gomes Sarmento é aluna do curso de Letras Português/Espanhol

## Cinco Perguntas para dar Resposta ao Colega do Departamento de Teologia

"In diversis, claritas"

Willis Santiago Guerra Filho

1. É proibido o uso de preservativo em caso de genitalismo ideológico?
2. Católicos praticantes não podem discordar da interpretação oficial (e imperial, por romana) do catolicismo?
3. E se os que não são católi-

cos discordam isso significa que estão querendo calar o discordante, ou apenas falar também?

4. Em existindo, não é insondável a lei divina, donde não poder ser parte dela o que nós meros humanos, pecadores, consideramos lei, ao fazê-la nós mesmos, os humanos, com o conhecimento que temos do direito?
5. O budismo tântrico reco-

menda a abstinência, assim como no Jardim de Epicuro os prazeres, moderados para poder perdurar por mais tempo o prazer, excluía o mais gozoso dos prazeres?

Willis Santiago Guerra Filho é professor do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP e diretor da APROPUC

## MOVIMENTOS SOCIAIS



GABRIELA MONCAU

Trabalhadores de diversas correntes políticas participam do ato contra a crise

# Ato na avenida Paulista reúne mais de 15 mil manifestantes

No dia 30/3, segunda-feira, diversos trabalhadores se reuniram na Av. Paulista para protestar contra os efeitos causados pela crise mundial à economia brasileira e aos postos de trabalho. O ato reuniu diversos sindicatos, movimentos populares e movimentos estudantis. Dia 30 de março foi definido pelos movimentos sociais como dia unificado de lutas contra a crise.

Há bastante tempo que não era realizado um ato unificado de tamanha proporção. Participaram do ato a CUT, Força Sindical, Intersindical, Conlutas, UNE, a Oposição de Esquerda da UNE, MST, MTST, Marcha Mundial de Mulheres, Assembléia Popular, Via Campesina, UNEGRO, entre outras entidades e representantes dos movimentos sociais.

O principal tema da manifestação foi a prote-

ção dos direitos dos trabalhadores ante à crise econômica mundial. Em suas análises, os manifestantes lembraram que para garantir seus lucros, os patrões estão transferindo o ônus da crise para os trabalhadores. Isso ocorre com as demissões, férias coletivas, flexibilização dos direitos trabalhistas e arrocho salarial. Novamente, a grande mídia desviou a atenção da luta dos trabalhadores dando maior enfoque ao trânsito causado nas regiões próximas ao percurso do ato.

Os participantes se encontraram em frente à FI-ESP passaram pelo Banco Central e pela Caixa Econômica Federal. Ao final da marcha, os trabalhadores se concentraram na Praça Ramos, onde representantes dos movimentos sociais falaram à multidão. Na maioria das falas ficou registrado o contentamento com a possibilidade de reunir diversos

setores sociais que possuem algumas divergências em uma bandeira unificada. A defesa dos postos de trabalho foi a grande reivindicação da manifestação sem esquecer as lutas mais setoriais, também vinculadas à crise, como reforma agrária, o

problema de moradia, a mercantilização do ensino, etc.

Foram realizados atos em Brasília, Pernambuco, Paraná, Alagoas, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Rio Grande do Sul e Pará.

## Cinco anos de ocupação militar no Haiti

Em 2009, a ocupação militar no Haiti completa cinco anos. Entendendo que essa é uma atitude imperialista e contrária à autodeterminação do povo haitiano, algumas centrais sindicais e movimentos sociais decidiram voltar a discutir a pauta com mais intensidade e pressionar o Governo Federal a retirar as tropas brasileiras daquele país.

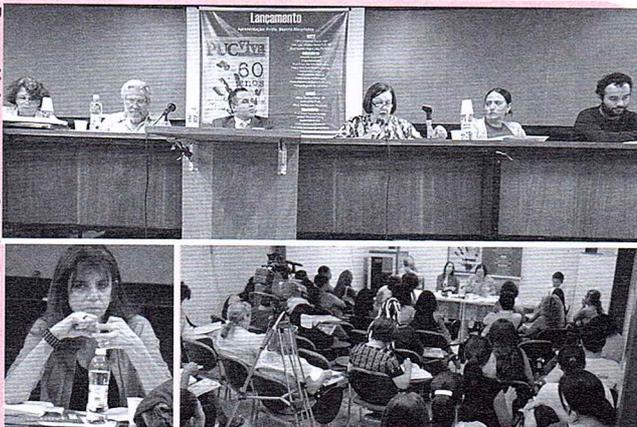
Esta campanha está sendo discutida pela Conlutas, Jubileu Sul, MST, Andes e

outras. A diretoria da APROPUC também já confirmou apoio à campanha. Os objetivos do movimento são o debate sobre o tema em vários estados, e o pedido de uma audiência pública no Congresso Nacional para que seja entregue um abaixo assinado. A previsão de data é para o final de maio, início de junho.

As centrais sindicais também estudam a possibilidade de enviar militantes para o ato do dia 1 de maio no Haiti.

# ROLA NA RAMPA

Bruno Hubermann e Gabriela Moncau



Acima a mesa de lançamento da sala 239; abaixo, no destaque a professora Marisa Fefferman e à esquerda, a mesa na sala da APROPUC.

## Debates marcam lançamento da Revista PUCViva

A 32ª Edição da Revista PUCViva - 60 Anos da Declaração dos Direitos Humanos - foi lançada oficialmente no dia 23/3 com um debate no auditório 239 no período da noite. No dia 26/3, na sede da APROPUC, no período da manhã também foi realizada uma atividade. Nas duas ocasiões, os intelectuais que publicaram artigos na revista expuseram suas reflexões sobre o tema.

A professora Bia Abramides, diretora da APROPUC, abriu as discussões comentando que é nosso dever resistir e denunciar a destruição dos direitos sociais e trabalhistas conquistados no século XIX e XX através de lutas e revoluções. "Vivemos em uma fase de terceirização e quarteirização do trabalho. Com o trabalho informal e feminino sendo superexplorado. A única oposição possível ao estado salvacionista são as mobilizações na França, Argentina, Brásil. E na PUC-SP, com o Comitê Contra os Efeitos da Crise" comentou.

O Professor Erson Martins de Oliveira, comentou seu artigo sobre os arquivos da ditadura. Segundo ele, os

militantes não entendiam que pequenos grupos armados combatendo o estado não conseguiriam mudanças significativas, apenas a classe trabalhadora, tomando o estado, conseguiria vencer o aparato estatal. O professor explicou como a lei da anistia serviu para que os crimes da ditadura fossem acobertados e revelou números assustadores: 500 mortos no Brasil e 50 mil na América Latina.

Rosalina Santa Cruz, do Serviço Social, descreveu sua experiência como torturado, emocionando o público. O professor Leonardo Masud, diretor da APROPUC, criticou o formato da Justiça Penal e defendeu o fim do cárcere privado. No dia 26/3, no período da manhã compareceram no lançamento da revista PUCVIVA Direitos Humanos, os palestrantes Andrea Almeida Martins, Beatriz Mestriner, Bia Abramides, Willis Santiago Guerra e Konstantin Gerber, que falaram sobre seus textos. Além da professora da USP, Marisa Feffermann, que representou o "Tribunal Popular: O estado brasileiro no bancos dos réus.

## Oficinas de abril adiadas

As oficinas culturais da APROPUC, anunciadas para a primeira semana do mês de abril foram adiadas. As

inscrições continuam abertas e um novo calendário será divulgado em breve no **PUCviva**.

## Aberto edital de bolsas remanescentes do Prouni

A PUC-SP abriu edital para 72 bolsas remanescentes do PROUNI, programa do governo federal. Para se candidatar às vagas é obrigatório: renda média da família de até um salário e meio (R\$697,50), ter cursado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral, ter ingressado na PUC-SP até o início de 2009 e não possuir diploma de ensino superior. Os critérios para avaliação são a média das notas do último semestre (para os estudantes que já cursam a

universidade) ou a nota no ENEM (para os ingressantes em 2009 na universidade), os melhores classificados ficam com as vagas. Os interessados devem preencher ficha de inscrição, disponível no site [www.pucsp.br](http://www.pucsp.br), até o dia 13 de maio e entregar a ficha preenchida na Secretaria Unificada (SAE). A abertura dessas vagas ocorreu no dia seguinte ao ato que pedia entre outras coisas por mais bolsas, no entanto as bolsas não são concedidas pela universidade, mas pelo governo federal.

## GM terá que indenizar demitidos

Por maioria de votos, a Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região julgou procedente em parte o Dissídio Coletivo de Natureza Jurídica ajuizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos contra a unidade da General Motors instalada naquele município. O Sindicato pediu a anulação das demissões de 802 trabalhadores, ocorridas em janeiro deste ano. A SDC decidiu que a GM não está obrigada a reintegrar os operários, mas terá de lhes pagar uma indenização equivalente à remuneração a que teriam direito se o contrato de trabalho fosse cumprido integralmente.

## Nova Revista PUCviva

A nova revista PUCviva terá como tema o Oriente Médio, os interessados em enviar textos sobre o assunto têm até o dia 6 de maio para entregar suas contribuições. Os textos deverão ter no máximo 15 mil caracteres

**Jornalismo  
promove curso  
sobre a crise**

O departamento de Jornalismo da PUC-SP, junto com a Escola Nacional Florestan Fernandes e o Centro de Educação Popular Sedes Sapientiae (CEPIS) promoverá um curso sobre a crise do capitalismo. As inscrições podem ser feitas até o dia 24 de abril na sede do CEPIS, rua Ministro Godoy 1484. O preço da inscrição é de R\$200,00 e todo inscrito tem direito a uma assinatura ou renovação anual do jornal Brasil de Fato. A programação do curso está disponível no endereço eletrônico [cursosbrasildefato.blogspot.com](http://cursosbrasildefato.blogspot.com). Maiores informações pelo telefone (11) 3104 6746.

(salvo veiculação de documento histórico) e estarão sujeitos à aprovação do conselho editorial da revista. Os textos devem ser entregues na sede da Associação, rua Bartira 407, ou pelo e-mail [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br).